



## DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA – AÇÃO DE SAÚDE – INTERNAÇÃO HOSPITALAR

- 1) **RG e CPF** do requerente e/ou do representante legal (nos casos de menor de idade, curatela, pessoas com deficiência ou sem capacidade de locomoção, ainda que temporária);
- 2) **Cartão do SUS** do requerente;
- 3) **Comprovante de residência** do requerente ou do seu representante legal:
  - Exemplos: faturas de água, energia, telefone, internet, plano de saúde, comprovante de aluguel de imóvel, entre outros documentos.
- 4) Comprovação do **perfil socioeconômico** do requerente e/ou do seu representante legal:
  - Comprovante de inscrição no CadÚnico (se tiver);
  - Carteira de trabalho ou último contracheque ou último comprovante de recebimento de benefício previdenciário ou do benefício assistencial;
  - Se possuir empresa, declaração de pró-labore ou comprovante de rendimentos da empresa;
  - Declaração de isenção do imposto de renda;
  - Comprovantes de pagamento de despesas com bens e serviços essenciais (faturas de água, energia, telefone, cartão de crédito etc.).
- 5) **Laudo médico**, preferencialmente no modelo da Defensoria Pública:
  - O modelo da DPE/RN pode ser solicitado pelo e-mail [defsaudenatal@dpe.rn.def.br](mailto:defsaudenatal@dpe.rn.def.br). No e-mail indicar o tipo de demanda que pretende propor e o local de residência. Deverá ser solicitado apenas se a ação for ser proposta pela Defensoria.
  - Em se tratando de demanda por **leito de UTI**, será aceito o laudo no modelo fornecido pela Unidade de Pronto Atendimento.
  - Poderão ser aceitos outros modelos de laudo ou requisições médicas, mediante avaliação do(a) Defensor(a) Público(a).
- 6) **Laudos de exames de imagem** (se possuir);
- 8) Um **orçamento com descrição do valor da diária de internação** (se for possível obter):
  - Em caso de urgência ou emergência, o documento será dispensado em face do risco de vida.
  - O orçamento deverá conter nome completo da empresa, endereço, CNPJ e dados bancários.
  - No curso da demanda poderão ser solicitados outros dois orçamentos, se não houver cumprimento de decisão judicial concessiva pelo ente público;
  - Para obtenção dos orçamentos, o requerente deverá apresentar o laudo médico;
  - Se não conseguir obter orçamentos, declarar o fato durante o atendimento na Defensoria.